

HOSPITALIDADE E PROFANAÇÃO: WILSON LINS E OS RESQUÍCIOS SUBMERSOS DA URBANIDADE CIVILIZATÓRIA

HOSPITALITY AND DESECRATION: WILSON LINS AND THE SUBMERGED REMAINS
OF THE CIVILIZING URBANITY

Roberto Sávio Rosa¹
Marília Gabriella Emídio dos Santos²
Sara Vanesca Carmo Aragão³

Resumo:

A pretensão do artigo é apresentar perspectivas e interrogações de estudos e pesquisas em andamento que versam sobre a recepção de Nietzsche desde a Bahia e intenciona contribuir com o debate acerca da *recepção das ideias de Nietzsche em terras brasileiras*. Tal debate, a partir do conjunto de informações reunidas até o momento, se deve em grande parte aos esforços empreendidos por pesquisadores, divididos em duas vertentes distintas: os que desejam trazer à luz registros filosóficos e filológicos especializados e os abrangentes, sendo que estes ultrapassam tal barreira e garimpam informações acadêmicas e extra-acadêmicas, entrelaçando-as ao arcabouço literário nacional, objetivando facultar o acesso a estilos e expressões literárias, de concepções antropológica, histórica, filosófica, política e estética em busca da apreensão, construção e criação de saberes próprios.

Palavras-chave: Nietzsche, Wilson Lins, Hospitalidade, Profanação.

Abstract:

The aim of this article is to present perspectives and inquiries of ongoing studies and researches on the reception of Nietzsche in Bahia and also it intends to contribute to the debate about the receipt of Nietzsche's ideas in Brazilian lands. Such a debate, based on the set of information gathered so far, is largely supported by the efforts undertaken by researchers divided into two distinct strands: those who wish to bring to light specialized philosophical and philological records and those who wish to expose generalized ones. The latter go beyond such a barrier and explore academic and extra-academic information, intertwining them with the national literary framework, aiming to provide access to literary styles and expressions, anthropological, historical, philosophical, political and aesthetic conceptions in search of the apprehension, construction and creation of their own knowledge.

Keywords: Nietzsche, Wilson Lins, Hospitality, Desecration.



¹ Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA), Ilhéus, Bahia, Brasil. Coordenador do Projeto de Pesquisa: *Wilson Lins: o Demiurgo artesanal que entrelaçou Goethe, Nietzsche, Sertão e Cangaço*. Cadastro PROPP número 073.6770.2020.0007700-15. savio@uesc.br

² Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC/BA. mgesantos.flis@uesc.br

³ Professora da Rede Municipal de Ensino (Ilhéus) e Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC/BA. sarawanesca12@gmail.com

Introdução

A ideia de inventariar percalços existenciais para transformá-los em relato de memórias insiste em frequentar o imaginário da maioria dos atores envolvidos em processos formativos. Talvez, em função da sacralidade ensino/missão associada à atividade, o memorial deixou de estar narrativa de recordações que interligam o passado com o presente para metamorfosear-se em contabilidade arquivista de atividades acadêmicas, o que implica sugerir o quanto ainda estamos distantes da autonomia em relação ao pensar.

Após recebermos a incumbência de ministrar um curso de **Metodologia da Pesquisa em Filosofia** percebemos estar diante de um cômputo nada fácil de ser afrontado. Por que? Em circunstância normal de temperatura e pressão falar de metodologia(s) implicaria, grosseiramente, falar de prescrições e formas de desenvolver certa atividade ao estabelecer problema, parâmetros, instrumentos, etapas, hipóteses e revisões, confrontando percursos e objetivos para, com tal procedimento e guia, facultar ampliação de horizonte em determinado campo cognoscitivo. Ocorre que a significação do termo geralmente alude certa relação com a ciência e é dessa forma que pretendemos catapultar nossa contribuição ao debate, pois estamos convencidos que o filosofar não está ciência, mas condição de possibilidade para.

E, por não estar ciência, como estabelecer, então, o imbróglio da fundamentação ao curso solicitado? Devido a grande insatisfação discente com a forma sugerida e adotada no encerramento das Licenciaturas em Filosofia, o conhecido Trabalho de Conclusão do Curso - TCC(s) – autores, conceito, escola, obra -, geralmente indicados por docentes que trafegam a vida inteira na mesma seara e que desejam permanecer em sua área de conforto, resolvemos reavaliar nosso percurso e propor, a partir de 2016, um debate acerca do acolhimento de ideias e/ou teorias filosófico literárias desde o Brasil. Precisamente, como é que recebemos, confrontamos, aderimos e refutamos o arcabouço filosófico literário desde o Brasil, para com ele e a partir dele, arrolar a formação multicultural autóctone, quanto à compreensão e uso das teses e teorias, bem como a repercussão nas diversas instituições em geral.

Uma vez estabelecidas as premissas da escavação fundante de possível Antropologia Filosófica), necessitávamos determinar o horizonte à descortinar, pois se fazia imprescindível delimitar a ação. Para tanto estabelecemos três ferramentas/questões, que deveriam receber atenção redobrada e andar sintonizadas durante o trabalho: *indagação, suspeição e receio*.

Com o *indagar*, visávamos esquadrihar fontes e autores(as) a fim de entender como se deu o processo de humanização no país. Se foi delineado e propalado, a partir de reflexões engendradas por tenacidade própria, decorrente das necessidades surgidas ou se teria emergido, em decorrência de recursos empregados na implementação do aviltante projeto civilizatório domesticador? Com o *suspeitar*, objetivávamos compreender se tal habilidade expandiu cercanias, impulsionada por necessidades inerentes, até então desconhecidas e irresolutas, ou se estabeleceu morada em solo pátrio, a partir de engenhosa sedução mimetizadora, alicerçada em ideias de empréstimo?

E, por fim, com o *recear* buscávamos argumentos e perspectivas ofuscadas na tradição introduzida com a invasão. Se recorreu ao uso de artifícios

intermediários para sua implementação, ou se manteve o aspecto formal fidedigno ao catecismo profanador da iluminação avassaladora?

A partir do amplo leque de interrogações sugeridas, transparecemos uma intenção, precisamente, a de atingir o arcabouço filosófico literário nacional, responsável por facultar a ruminância e apropriação de ideias que, em certo modo, arquitetaram, plasmaram e conformaram a invenção de um tipo característico e universal de brasileiro. Portanto, a catalogação e registro da incipiente literatura acerca da transliteração de ideias “extramuros” em solo pátrio buscou demarcar um percurso indicativo capaz de iluminar aspectos da nossa constituição e formação, precisamente, abordagens e definições a respeito do significado de estar brasileiro.

Em função da organização estrutural dos cursos de formação, geralmente adotada nas Instituições de Ensino Superior, que dispõe de didática introdutória agregada à espinha dorsal historial (subdividida em antiga, medieval, moderna e contemporânea) e, pelo fato de exteriorizarmos (nós, brasileiros) vivências, que se encontram na infância (o surgimento das Universidades brasileiras representa, em comparação com a história do país e do mundo, o ingênuo e simples gesto da criança que se arrisca a engatinhar), tudo leva a crer que sujeitamo-nos em replicar metodologias emprestadas já dispostas.

Também se fez premente considerar a contribuição aos diversos campos abertos ao problema, a partir do confronto entre originalidade e mimetização. Com tal gesto, pretendemos fornecer acesso a argumentos e pensadores investidos de tais práticas em reflexões pertencentes à nossa condição e ao nosso mundinho, interpelados e entrelaçados a partir de nosso *primitivismo nativo* (Andrade, 1972). O caminho da investigação, tornamos a repetir, prima por evidenciar e analisar autores e obras produzidas em solo pátrio descortinando o horizonte teórico que as impulsionou.

Com tal propósito, não pretendemos re-inventar a roda, mas buscar os rastros deixados no escorregadiço percurso que implica o achamento, a colonização e a subjugação dos povos autóctones, visando apropriar-se de elementos e informações que facultem estabelecer o liame dos fundamentos teóricos que forjaram, adestraram e conferiram direção ao nosso processo deformativo hodierno (cultura, educação, religiosidade e política). Para tanto pretendemos perquirir questões que envolvam, os passos dados e materializados em ambiente exótico e tropical. Problemas como originalidade, cultura, formação, historicidade/historicismo, miscigenação, estão no *olho do furacão* e não deverão mais ser procrastinados.

A investigação proposta ainda é incipiente e pouco explorada, mas implica reavaliar a vereda da suspeita com relação as benfeitorias advindas da gentileza civilizatória (*Que significa civilizado? Que significa refletir/pensar(?) sob tais condições?*), que no território impôs e fez morada. Seu interrogar contundente busca refazer o minucioso caminho principiado com a hospitalidade que, posteriormente, nos conduziu ao sortilégio da alegria surrupiada, da prosternação exigida e ao abandono de toda e qualquer afirmação de predileções existenciais, de lugar, de fala, de importância facultando a morte da ingenuidade por meio de precatórios redentores em formato de ressurreição.

Em nossa hipótese um tanto quanto sarcástica sugerimos tratar a *transplantação das ideias de empréstimo em solo pátrio*, enquanto devastação civilizatória (adestramento), precisamente, como *processo dissimulado de*

sofisticação ilustrada que, associado à indumentárias condizentes (positivismo, ecletismo, espiritualismo e estetismo) subjugou os autóctones livres, enfraquecendo-os. E coube aos aliados do processo, no caso específico, os porta-vozes da instrumentação anacrônica, fiel depositária de falas sagradas e dogmáticas, a ação de introduzir e operar a genuflexão servil, a saber, o curvar-se de modo assimilativo às ideias alheias.

Frente ao exposto, ousamos permitirmo-nos certa disposição, que inquiria e afronte os sentidos e significados presentes em expressões como, *independência do Brasil, violência, nacionalismo, ferramenta religiosa e escravidão* mas, principalmente, às decorrências políticas resultantes de decisões tomadas sob o fundamento de plantas de estufa (ideias artificiais) recepcionadas, que revelam a triste face de um “**modo de estar**” conciliador e tolerante com o aviltamento.

A compreensão de um *modo de estar filosófico nos trópicos – América Latina* se consolidou, a nosso ver, muito mais em função da falta de clareza do que se objetivava, do que a partir de *reflexões abissais acerca da própria condição!* O registro das justas na arena das ideias partem do pressuposto que estaríamos, para os ilustrados além mar, portadores do estandarte do *esclarecimento*, determinou que **o ignoto**, estaria o solo fecundo da experimentação, portanto, a terra acolhedora de toda e qualquer semente. A formulação pode não estar apropriada, mas havia um sentimento que indicava a não concessão de informações e cultura aos povos autóctones. Em suma, um projeto de sabidos para ludibriar ingênuos!

Como sugeriu Paulo Prado em **Retrato do Brasil**, livro escrito em homenagem a Capistrano de Abreu, necessitamos de investigações, que permitam buscar *os traços de nossa identidade enquanto nação*. Desse modo fica ainda mais evidente, que o transplante reflexivo se fez *mímese cega* e, o letramento, adestração especializada!

Parafraseando Oswald de Andrade que arriscou-se a nos identificar a “**canibais letrados**”, tomando por base o Ensaio – *Dos canibais* – de Michel de Montaigne, e que insinua a condição que deveríamos afrontar e apostar, designada “**pequena diferença**”, quando reproduz a resposta construída pelo autóctone (indígena), levado à conhecer a ganância monárquica em solo Francês. Perguntado sobre o que pensava do conforto da civilização, respondeu: “*que muito se admirava do conforto da cidade europeia, mas muito mais de que não fossem os palácios e salões queimados pelos habitantes dos cortiços e dos casebres...*” (Andrade, 1972). Para Oswald o que deveríamos averiguar e afirmar de fato é o nosso *primitivismo nativo enquanto nosso único achado!*

E como ele, muitos outros investiram nessa escavação elucidatória. Em nosso roteiro cultural investigativo não podemos deixar de visitar, Antônio Paim, Sérgio Buarque de Holanda, Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, José Lins do Rêgo, Álvaro Lins, Emanuel Araújo, Afonso Arinos, Hélio Jaguaribe, Luiz Washington Vita, Cruz Costa, Roberto Gomes, Adonias Filho, João Guimarães Rosa, Ezio Flávio Bazzo e tantos outros.

Objetivando promover a *(des)pavimentação* do percurso envolvente da Filosofia em *terra brasilis* elencamos, a partir de ampla documentação escolhida e acessada, indagações e suspeitas acerca do transferência de ideias e modelos filosóficos, bem como de suas implicações sociais, antropológicas, religiosas, políticas e literárias, responsáveis por propalar a cortina de fumaça nacional sob o manto diáfano da novidade.

Tomando por base o fio condutor histórico (1920 – 2010), portanto, um período que abarca noventa anos e que inclui a passagem do século XX para o XXI foram escolhidos autores e textos em intervalos regulares, que de algum modo referiram ou analisaram a questão. Temos ciência do exagero temporal e da superficialidade no tratamento, mas não buscamos a abissalidade analítica tampouco a prolixidade justificatória, a fim de fortalecer e demonstrar a evidência do diagnóstico. E como principiamos nosso inventário?

Em **Retrato do Brasil** - 1927, de Paulo Prado, encontramos a tese central da “*permanência da tristeza enquanto traço do caráter do brasileiro*”. Escrito em homenagem a Capistrano de Abreu, que ousou levantar a voz contrária aos *clichês* europeus, procura identificar os traços de nossa identidade enquanto nação. Presença marcante na Semana de Arte Moderna de 1922 o autor sugere a apropriação de metodologias já empregadas, tais como as que privilegiam o modo de sentir e pensar dos indivíduos de uma mesma época, identificadas à *história das mentalidades*. Discorrendo sobre a origem da tristeza o autor parte do processo migratório formativo, ocorrido na América do Norte e o compara ao mesmo movimento ocorrido no Brasil.

Com a decadência da metrópole e o declínio do primeiro império colonial português principiou a colonização do Brasil, originária do germen da decadência: sensualismo e paixão pelo ouro. Para o autor os colonizadores aqui aportados eram destituídos de ideais: religioso, estético, político, intelectual ou artístico, mas obcecados pelo sensualismo e enriquecimento fácil. Com tais hábitos em evidência, gerou-se a melancolia dos abusos venéreos e a extenuação dos que vivem na idéia fixa do enriquecimento. Descrevendo situações limites acerca da escravidão, das habitações, da educação e perspectivas sociais, alude um amontoado de homens vivendo sob as mais terríveis e imundas condições e que introjetaram a violência enquanto característica. A tese da tristeza enquanto traço do caráter, nada mais seria, do que o resquício de tal formação!

Em **Raízes do Brasil** – 1936, de Sérgio Buarque de Holanda, deparamo-nos com a característica da *obediência/submissão/subordinação/irresistência* enquanto princípio básico de toda e qualquer forma de “educação”. O autor ressalta a importância dos surgimentos dos primeiros cursos superiores no país, em torno de 1827 (Olinda e São Paulo – Escolas Jurídicas) e reforça o fato de termos priorizado a *educação da vara* em detrimento da educação de viés *emulativo*. A formação de um grupo privilegiado de operadores públicos teria reforçado o que hodiernamente prepondera nas instituições, a saber, o funcionalismo patrimonial burocrata.

Desse predomínio das relações domésticas transfiguradas em relações incestuosas-públicas originou-se o (nepotismo – O Nepotismo ocorre quando um agente público usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes). Tentando decifrar nossa condição o autor refere a ética emotiva do brasileiro, chegando a afirmar que está o traço peculiar mais específico do nosso espírito, verdadeira arte do brasileiro de fazer-se próximo e de encurtar distâncias.

Com **A Filosofia no Brasil** – 1956, de Hélio Jaguaribe, encontramos referências explícitas acerca da disciplina e da forma de como a Filosofia foi abordada em solo pátrio. Para Jaguaribe, quando intencionamos interrogar a respeito da Filosofia, intencionamos elencar características das consideradas ciências fundamentais da cultura, a saber, História, Política, Sociologia e Economia.

Com o dogmatismo e o historicismo em falência, resta suprir com ideias às fissuras que se abrem no mundo das crenças.

Na abordagem de Jaguaribe, já comparece a análise de sistemas importados. Fissura nas crenças pode significar impulso ao filosofar. Resposta à crise ou tentativa de solução. Pensadores originários ousaram sobrepujar os mitos; Modernos (Descartes) sobrepujaram a autoridade religiosa buscando às primeiras evidências; Kant, conciliador, buscou formular aspectos unificadores do ceticismo de Hume com a Ciência. Entretanto, não está somente isso. Faz-se necessário um conjunto de fatores culturais que alavanquem e procedam no sentido de facultar tal crise e superá-la. Cultura ocidental, para Jaguaribe, está a crença na racionalidade; Cultura está a herança recebida que apoia e torna crível tal crença/ferramenta!

Segundo o autor ocorre reflexão: se a filosofia brasileira teria sido transplantada, então, o Brasil não teria plasmado e pavimentado uma cultura e, tampouco, passado pela crise do Renascimento (1500/1600), o que significa dizer, que não precisou reformular os fundamentos (salvação, autoridade eclesiástica e valor da Bíblia). No Brasil não houve reforma e contra-reforma, mas medievalismo tosco sem contradição (aristotélico tomista). Isto sem falar dos povos escravizados e suas visões de mundo apagadas. Ou seja, o Brasil não adentrou a modernidade e continuamos presos a um medievalismo arcaico (coronéis, positivismo, mandonismo político e religiosidade anacrônica).

Em **O mito de Hefestos** – 1959, de Luiz Washington Vita, a tarefa essencial do intelectual seria contemplar a realidade e descrever seu significado, para os homens que habitam e dividem às experiências do território, da região ou situação. No Brasil os grupos que constituem a intelectualidade estariam divididos em: a) estetas, virtuosos da endopatia (doentes, malsões), pois vivem os pensamentos e os sentimentos dos outros; b) céticos, irônicos e sarcásticos e, c) buscadores da verdade, que denunciam a hipocrisia ao enganar-se a si mesmo.

Para o autor a preparação da intelectualidade esbarra e afronta o papel da Formação/Educação e a não preparação – cuidado e cultivo – é desastre anunciado. Nesse sentido, o que seria necessário para se pôr a caminho da reflexão e da Filosofia? Além de estar um problema pessoal e intransferível, uma cultura vasta e precisa, que vive no presente e tem o dever imperioso de se pronunciar sobre as questões atuais.

Com **História da ideias no Brasil** – 1967, de Cruz Costa, acessamos a compreensão do que significou a “independência do Brasil”. Nas palavras do autor *uma simples e pacífica transferência de poderes*. A Universidade, que não foi criada com D. João VI e morreu na Constituinte do primeiro império, virou o que? Os dois Cursos de Ciências Jurídicas instalados (um em São Paulo – Convento de São Francisco e outro em Olinda – Mosteiro de São Bento). O Século XIX representou uma enxurrada de importação de ideias e doutrinas visando auxiliar na procura de nossas ideias. As ideias que circulam no Brasil não exprimem coerência alguma, pois “não as liga um liame histórico”. Com a independência haverá um reforço do nacionalismo coincidindo com a importação de ideias românticas.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, para os intelectuais cultos de então, a Literatura e a Política estabeleceram um elo de ligação sem saber bem onde um começa e o outro termina: Política e Letras foi o que levou muitos a pensar que o movimento romântico representava a alma nacional. O Século XIX será o do romantismo. A preparação do *Ecletismo* – uma proposta de paz entre todos os sistemas que deveria guardar de cada um deles o que havia de mais precioso. No

Brasil a proposta respingou na Política (como sempre): queremos a constituição e não a revolução.

O Eclétismo surgiu então como uma Filosofia pacificadora. O eclétismo, após tornar-se filosofia oficial, virou *Espiritualismo* e a Filosofia será preparada para atuar enquanto aliada afetuosa e indispensável da religião. Essa será a base teórica da jovem aristocracia sul-americana (proprietários rurais conservadores). Entre 1830 e 1850 o país passa por um inumerável embate de credos e cruzes (movimentos políticos de toda ordem), mas o espectro que ronda e envergonha a todos está a “escravidão”.

Mesmo com tal mácula a Monarquia irá se manter na América com o apoio dos conservadores – O argumento? – o subterfúgio da menoridade, o jovem imperador e a cordialidade (Ribeiro Couto e o homem cordial⁴). Em 1850 o Império se estabiliza e nos transformamos em Monarquia-Burguesa. A proposta filosófica de fundo: o Eclétismo alicerçado e liderado pela Igreja. Mistura de Sensualismo, Ceticismo, Espiritualismo e Misticismo, a saber, *uma salada de frutas* que tinha por base a acomodação Eclética associada aos dogmas eclesiásticos, quanta novidade em 522 anos.

Com a **Crítica da razão tupiniquim** – 1986, de Roberto Gomes, principia-se uma discussão acerca de *originalidade e jeito*, compreendendo o “jeito” enquanto atitude de tolerância e de abertura intelectual. Entretanto, para Gomes, a partir da edificação da razão ornamental o *jeito* será visto como um dos produtos mais lamentáveis, de potencial despótico e conservador. E por que isso ocorre? Pelo fato de assumirmos, geralmente, uma atitude conciliadora e considerarmos o filósofo *um sabe tudo*, o que nos faz dependentes de modismos e não de ideias.

O fato de estarmos conciliadores implica a postura do intelectual brasileiro: implorar reconhecimento! Para o autor, as ideias filosóficas no Brasil estão “pirotecnia carnavalesca” e o único modo de chegarmos ao humanismo brasileiro, à determinada originalidade anterior a qualquer erudição, reside na **tragédia**. Mas o que isto significa? Significa que a raiz da alienação da “razão brasileira”, metamorfoseada em “razão ornamental” se encontra na recusa do intelectual brasileiro em assumir sua própria identidade. Para Gomes o brasileiro transmite sua peculiaridade na veia humorística, na pilhéria, no riso e não na sisudez, o que faz com que o pensamento entre nós, estruturado como está, somente possa existir, sob a condição do não pensar.

Também a contribuição do jovem escritor baiano Wilson Lins comparece fascinante quando aventuramo-nos pelas sendas da exegese e imitação filosófica. Relegado ao esquecimento casual, como se desprovido fosse de existência, passou despercebido o registro ousado do imberbe ilustre de Pilão Arcado, que afrontou um explosivo pensador alemão em solo brasileiro, a partir de circunstâncias estranhas e peculiares.

Ao nos debruçarmos sobre os textos de Wilson Lins percebemos a predominância da clarividência lúdica forjada na necessidade habitual de sua condição. As engenhosas e fecundas produções nietzschianas serão devoradas, assimiladas e transportadas ao contraditório mundo ocasional da *vida primitiva do sertão brasileiro*, destituída de garantias, e irão sugerir – uma vez tomadas enquanto paradigma de análise existencial - considerações acerca do manancial teórico que promoveu e suscitou a definição incipiente de brasileiro, dos afazeres

⁴ COUTO, Ribeiro. In: Monterrey – Correo Literario de Alfonso Reyes. Marselha: 1931.

insalubres da política – poder e violência -, precisamente, do que significa pensar frente ao imensurável contributo teórico que nos antecedeu e concedeu lugar ao sol, inclusive, acerca de nossa identidade e demarcação cartográfica.

Uma vez afirmado o propósito da nossa investigação fica claro que para Wilson Lins não interessou promover, somente, reflexões e especulações acerca das manifestações megalômanas do pensador alemão, exaurindo forças em exegeses letais ou hermenêuticas românticas, mas sim, apropriar-se de sua “**carga explosiva**” para interpelar as circunstâncias ao qual permanecia umbilicalmente vinculado: o inóspito sertão brasileiro às margens do rio São Francisco, o rio que esteve palco das grandes guerras por disputas de poder e mando tecidas na esteira política do mandonismo e que constitui nicho central da história brasileira.

E por que ressaltarmos tal atitude? Poderíamos justificar a escolha de Lins por considerá-lo quase um fóssil entre tantos arranha-céus hermenêuticos. Seu espanto e admiração original estaria responsável por facultar o desenvolvimento da imaginação teórica associando e entrelaçando-a à ações beligerantes de mandonismo e domínio no sertão baiano, sustentado na fabulação criativa de Nietzsche. Entretanto, como deveríamos conceber a “recepção” e o que ela implica? O uso do termo **recepção**, gostaríamos de reiterar, fora sugerido por Scarlet Marton em seu livro *Nietzsche abaixo do Equador: a recepção na América do Sul*, em que lança um apelo aos interessados nas ideias de Nietzsche, incentivando-os a perseguir seus desdobramentos e influências.

É nesse sentido, que a contribuição de Wilson Lins comparece fascinante. Ao escrever e publicar em 1939 um livro intitulado *Zaratustra me contou...*, revela a perspicácia do jovem brasileiro atento aos acontecimentos que assolam e perpassam os principais centros europeus (segunda guerra mundial 1937/9-1945), e arrisca-se a afrontar e transitar as sendas abissais do pensador alemão, ao exteriorizar considerações sobre os escritos em *terra brasilis*, totalmente alheadas por Nietzsche em suas manifestações eufóricas e elegíacas. Para Cabrera o escrito de Lins estaria “um romance filosófico, uma fantasia literária, uma alegoria caótica que gira em torno da identidade brasileira” (Cabrera, 2022). Mas, perguntamos, qual identidade?

O romance de Lins intenciona justamente abarcar este propósito: denunciar a miscelânea de opiniões e sentenças preponderantes de nossa (**de**)formação histórica cultural. Tais características o levaram a vaticinar um percurso sombrio, próprio dos desgraçados, que (**in**)conscientes e alheios à sua intrínseca condição desdenham sua valoração. A invenção do brasileiro, segundo Wilson Lins, se constituiu a partir de pregação paulatina e linear de ideias extramuros, levando-nos à renunciar nossa constituição e território.

O interesse dos exegetas da mimetização, sempre esteve a revisão de todas as grandes personalidades literárias, filosóficas, históricas, estéticas e sociais. Sua curiosidade buscou informações em toda e qualquer manifestação, raça ou credo procurando conhecer aventuras e implicações para, a partir de então, replicar existências não vividas e culturas de empréstimo, sem considerar a possibilidade de promover e cultivar a própria. Na sanha dessa absorção indiscriminada resultou em abandono de si.

Mas em que reside e qual a principal faceta desse abandono? Segundo Wilson Lins:

A confusão de todos os estilos de vida, como a de todos os estilos literários, é que caracteriza a incultura de um povo. O bizarro uso de todos os gostos,

denúncia de longe a ausência de cultura num povo. O Brasil dos nossos dias, como a Alemanha da mocidade de Nietzsche, é um autêntico exemplo da falta de cultura. A imitação é o nosso principal traço característico (Lins, 1945, p. 74-75).

Ao enunciar tal sentença o autor não deseja promover terra arrasada denunciando a miséria que nos abarca a partir de pedestal privilegiado. O que pretende indicar é certa incapacidade de cultivarmos uma angústia própria, terminando por aderir e incorporar melancolias alheias, a fim de torná-las excitantes.

A partir de seu primeiro impulso literário uma sucessão de escritos envolvendo o assunto ganha visibilidade. Em 1945 em edição de **O imparcial** vem à luz os **12 Ensaios de Nietzsche**, livro em que serão abordados os temas caros à estética nietzschiana datados entre os anos de 1869 – 1873, ditos da primeira fase do filósofo alemão, culminando no exame daquilo que se revelara e evidenciara a panaceia teórica genial para os males do mundo. No ano seguinte (1946), publica **A infância do mundo – Ensaios**, no qual aprofunda questões evidenciadas em *Ecce Homo* e *Crepúsculo dos Ídolos*.

Neles comparece a crise de identidade nacional proporcionadora do canto da sereia associando-nos ao falso projeto do melhoramento humano, máscara tragicômica, estandarte do homem novo, projeção fascista D’Annunziana aportada em *terra brasilis* após ser contrabandeada por piratas integralistas. Os mesmos que confortavelmente discorriam sobre o risco e intensidade de algumas ideias extramuros, requerendo para si as rédeas da condução e reforma. E a decorrência dessa ação se fez notar em solo brasileiro e latino-americano. Sem atentarmos muito ao *retorno do gesto*, esboçamos um desdém caótico que perpassou o espaço das praças e templos levando-nos, de tempo em tempo, a transpirar lamentos perversos amparados no obscurantismo, implorando o renascimento da tirania.

Por isso é importante tornar a salientar que o termo “recepção” não (des)qualifica Wilson Lins. Não se encontra em seus escritos a postura do exegeta de Nietzsche ou da pavimentação preponderante, que busca um acordo hermenêutico quanto ao propósito do engenhoso. Sua manifestação anuncia e intensifica a postura antropofágica, transformadora e transtornadora ao fazer dos engenhos nietzschianos ferramentas auxiliares ao autoconhecimento universal⁵.

Procurando devorar os apetrechos da ilustração para, com eles e a partir deles, catapultar os fundamentos de uma cultura própria, Lins abraçou seu destino ao afirmar a condição de sertanejo brasileiro, habitante do Brasil profundo, que soube encostar às margens do Rio São Francisco, a embarcação nietzschiana contrabandeada do além mar. Em suas imprecações reverbera o cuidado e a rebeldia ingênua de um engenhoso antropófago.

Referências

ANDRADE, Oswald de. **Manifesto Antropófago e outros textos**. São Paulo: Penguin, Companhia das Letras, 2017. O Manifesto foi escrito/publicado em 1928.

⁵ Ao final, enquanto anexo, apresentamos a tradução do artigo de P. R. Trojano – **Il tramonto D’un Astro**, publicado entre os dias 19 e 23/03/1905, no Cotidiado *Il Campo*, Torino, com a tradução livre do Professor Roberto Sávio Rosa.

ANDRADE, Oswald de. **Ponta de lança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

BAZZO, Ezio Flavio. **Manifesto aberto à estupidez humana**. Brasil Lilith publicadora e cia, 1987.

CABRERA, Julio. **Diário de um filósofo no Brasil**. Ijuí: Editora Unijuí, 2010.

CABRERA, Julio. **Devorando Nietzsche: Por um nihilismo sul-americano**. Ibicarai: Via Litterarum, 2022.

CRUZ COSTA, João. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

D'ANNUNZIO, Gabriele. **Le vergini delle Rocce**. Milano: Mondadori, 1978.

DIAS, Geraldo. **Nietzsche no Brasil (1922 - 1945): Modernistas e Intérpretes do País**. São Paulo: Editora UNIFESP, 2023.

FAZIO, Domenico M. **Il caso Nietzsche: La cultura italiana di fronte a Nietzsche 1872-1940**. Settimo Milanese: Marzorati Editore, 1988.

GOMES, Roberto. **Crítica da razão tupiniquim**. Curitiba: Edições Criar, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

JAGUARIBE, Hélio. **A Filosofia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957 (Textos brasileiros de Filosofia).

LINS, Wilson. **12 Ensaios de Nietzsche**. Salvador: Edição O Imparcial, 1945.

LINS, Wilson. **Discurso de posse**. Salvador: Imprensa oficial da Bahia, 1968.

LINS, Wilson. **O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros**. 3. ed. definitiva. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

LINS, Wilson. **O reduto**. São Paulo: Ed. MARTINS, 1965.

LINS, Wilson. **Os cabra do coronel**. Rio de Janeiro: Edições GRS, 1964.

LINS, Wilson. **Remanso da valentia**. Salvador: Assembleia legislativa; Academia Baiana de Letra, 2014

LINS, Wilson. **Zaratustra me contou**. Bahia: Tipografia Naval, 1939.

MONTAIGNE, Michel. **Ensaios**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1972.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. O livro foi concluído em 1927/28.

ROSA, R. S. **O antropófago baiano dos engenhos nietzschianos**. Ibicaraí: Via Litterarum, 2021.

TROJANO, P. R. **Il tramonto D'un Astro**. Torino: Il Campo, 1905.

VITA, Luis Whashington. **O mito de Hefestos**. São Paulo: Serviço de Publicações do CIESP, 1959.

VITA, Luis Whashington. **Panorama da Filosofia no Brasil**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ANEXO

O declínio da estrela

Autore: P. R. Trojano

19 e 23/03/1905, Diario *Il Campo*, Torino.

Tradução: Roberto Sávio Rosa

O culto de Nietzsche que cresceu por quase vinte anos em toda a Europa, está há algum tempo diminuindo, ao menos em teoria. Retorna em homenagem ao Budismo, isto é, em homenagem ao pessimismo e ao sonho de paz profunda e do nada (da nadificação), após um breve intervalo de delírio otimista e de fé na potência regeneradora dos instintos. Retorna em homenagem ao intelectualismo e ao romantismo cristão. Não acontece mais, toda semana, lermos anúncios de tantos trabalhos novos em torno ao infeliz escritor, que sejam melhores que as monografias usuais e dos programas juvenis “sobre-humanos”, e o coro e os aplausos dos novos bufões, que gritavam e anunciavam o grande filósofo e profeta, se tornou menos rumoroso e concorde.

A moral de Nietzsche, a teoria do conhecimento, a metafísica, a estética, a filosofia da história, etc... (já que encontraram de tudo em seus livros) já foram há muito tempo superados. Infelizmente, a pesquisa histórica descobre, sem a discricção das fontes, pois a lógica é implacável também contra a tolice dos mortos; e a crítica é iconoclasta. Para refutar as profecias se encarregam a vida e a história. Não há poetas que saibam pendurar coroas sempre frescas e conceber esperanças sempre verdes. Mas os poetas, e de dizer, todos os artistas, possuem o privilégio divino da irresponsabilidade lógica e ética. Isto que é ou parece verdadeiro em Nietzsche, foi descoberto, que em grande parte não lhe pertence; e o que lhe pertence foi demonstrado ainda mais falso e inconcluso.

A arte pode jogar um manto de ouro também sobre o impuro e o falso e a arte de Frederico Nietzsche é esquisita e sedutora; mas o esplendor daquele manto não pode por muito tempo deslumbrar o intelecto e a consciência. A Alemanha não é rica de artistas da prosa, porém Nietzsche restará sempre elevado na história da sua literatura. Mas restará ele na categoria dos seus “Clássicos da Filosofia” onde há pouco o colocava um pensador daquela nação? É permitido duvidar e é sempre melancólico assistir ao declínio de um astro, porém mais triste ainda é encontrar justas as razões do falimento.

As premissas imediatas das doutrinas morais ou imorais, se preferirem dizer, de Nietzsche são as ideias shopenhauerianas que sobreviveram à crítica do pessimismo e aquelas do evolucionismo biológico comumente aceitas entre 1870 e 1885. Cada ser vivente tende a perseverar no seu ser, isto é, a vontade de viver é a tendência fundamental de todo ser vivo. Seria cegueira admitir que o homem possui um lugar excepcional no reino animal; por isso também para o homem o sumo bem é a vida, ou mesmo, a integralidade da vida, entendida completamente (longevidade - tempo - experiências).

O bem e o mal só apresentam sentido em relação à vida: bem é o que lhe favorece; mal o que lhe abrevia. As leis da vida explicam a origem e o

desenvolvimento da moral até o presente; das mesmas leis se deduzem as normas de conduta para o amanhã e, sobre o fundamento dessas leis, se constrói a idealização distante de uma vida melhor. Tais eram então as ideias correntes das quais em verdade não se havia erigido um novo código moral puramente biológico. Exceto a condenação do ascetismo e do sacrifício inútil, ressuscitada por obra de Darwin, de Spencer e de outros naturalistas restaurada sobre as bases da biologia, da psicologia e da sociologia todo o melhor da “velha consciência cristã”.

A simpatia, a afeição, o amor, a justiça, o dever, o espírito de sacrifício, etc... tudo conservava para sempre o seu elevado valor moral. Evidenciado era o hábito da mente não a consciência. Nietzsche, que havia bebido muito em outras fontes pagãs, do renascimento, enciclopedista, romântica, etc... incluindo, embora um pouco superficialmente, a incoerência do sistema que se intitulava “sistema da vida” e não sabia atribuir a essa um império exclusivo.

Assume ele, então, a enorme tarefa de desumanizar o homem buscando regenerá-lo nas fontes puras, da vida pura e, em primeiro lugar, descristianizar a sua consciência o maior obstáculo ao triunfo da sincera vitalidade. Para atingir seu objetivo se vale de todas as artes, da sofisticada, da retórica, da poesia, da música; de todas as armas e das blasfêmias e pensamentos outros, inclusive, das palavras escolhidas, encontradas nos seus estudos filológicos, filosóficos e, nos últimos tempos, também científicos. Nesta fadiga imensa ele arrebetou seu intelecto e sua vida; e parece que nem foram adquiridas verdades novas para a ciência.

Para Nietzsche, sagrada somente é a vida, ótimo somente o instinto. O corpo, a carne é muito mais do que o resto. O espírito é um pequeno acessório, um meio de comunicação, um órgão de direção válido somente enquanto serve ao organismo vivente. O corpo é a grande razão; a razão (como desejam os iluministas) é a garotinha, a serviçal. É, portanto, uma ingenuidade colocar como supremo valor mesmo o prazer, que é um estado de alma, ou a moralidade, ou qualquer outra exigência espiritual. Finalidade, incumbência, medida, não pode ser senão a vida, a vida como tal, e propriamente a vida exuberante, tropical, na medida em que é possível.

Mas vida não é somente vontade de perseverar na existência, de conservar a vida a qualquer custo: a quem vive não basta viver. O vivente deseja antes de tudo desdobrar a sua potência: a conservação de si é somente uma condição disso. Vida é instinto de crescimento, de duração, de acumulação de força, e isso que deseja sempre superar a si mesmo é essencialmente vontade de potência. Vida é apropriação, opressão ao estranho e mais fraco; é vitória, dureza, imposição do próprio querer, da própria forma, incorporação onde seja possível ou, ao menos, exploração.

A exploração e a apropriação pertencem ao ser vivente como função orgânica fundamental. A vontade de vida e de potência é como a chave de todo o mundo do espírito. Vontade inexaurível e criadora, dessa derivam todos os afetos; dessa dependem o conhecimento, a arte, a religião, a ciência, etc... todas formas de potência ou meios de domínio. Por ela, e para ela, como veremos outra vez também, a moral.

Recebido em: 03/2023
Aprovado em: 04/2023